

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.462 - PR (2019/0238650-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : VILMA OTOVIS BONFANTE
ADVOGADO : FABIO VACELKOVSKI KONDRAT - PR036767
AGRAVADO : CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS
ESCRIVÃES, NOTÁRIOS E REGISTRADORES
ADVOGADOS : VICENTE PAULA DOS SANTOS - PR018877
MAURO AUGUSTO MARQUETTI VASCO - PR081506
ESSER BROGNOLI - PR088439

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VILMA OTOVIS BONFANTE contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE RESTITUIÇÃO DE PARCELAS INDEVIDAS C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - CONPREVI - SENTENÇA QUE RECONHECEU A ILEGALIDADE DA FILIAÇÃO COMPULSÓRIA E DETERMINOU A RESTITUIÇÃO INTEGRAL DOS VALORES RECOLHIDOS - INSURGÊNCIA RECURSAL - PLEITO PELO SOBRESTAMENTO DO FEITO - ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES LEGAIS NÃO VERIFICADO - PLEITO PELOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA EM GRAU RECURSAL - POSSIBILIDADE - SITUAÇÃO FINANCEIRA PRECÁRIA DA APELANTE DEMONSTRADA - PREMILINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA DIANTE DA OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL - DESCABIMENTO - MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 3º DA LEI ESTADUAL 12.803/00 - AÇÃO AJUIZADA POSTERIORMENTE AO TRÂNSITO EM JULGADO - CABIMENTO DA RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECOLHIDOS APÓS O AFORAMENTO DA DEMANDA - APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO - REDISTRIBUIÇÃO SUCUMBENCIAL DEVIDA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos, a fim de integrar o acórdão recorrido para redistribuir o ônus da sucumbência em 80% para a parte autora e 20% para a parte ré, considerando a ausência de decaimento em todos os pedidos

iniciais, mantida a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa (e-STJ, fls. 670-677).

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alegou violação dos arts. 20, § 4º, do CPC/1973; 5º, 10 e 85, § 8º, do CPC/2015 e 884 do CC, defendendo: *a)* a sucumbência exclusiva da parte recorrida, por ter dado causa ao ajuizamento da demanda; *b)* a minoração dos honorários advocatícios sucumbenciais, considerando o trabalho desenvolvido em caso meramente de direito; e *c)* a inaplicabilidade do Código de Processo Civil de 2015 para o arbitramento dos honorários advocatícios, pelo fato de a ação ter sido proposta em 16/3/2016, sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973, ocasião na qual foi gerada legítima expectativa sobre a norma aplicável, não podendo a parte ser surpreendida pelo julgador.

Contrarrazões apresentadas às fls. 721-729 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

Primeiramente, é inviável o conhecimento da pretensão recursal de redistribuição do ônus sucumbencial. Isso porque a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da sucumbência mínima ou recíproca e a fixação do respectivo *quantum* esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONTRATO BANCÁRIO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DEFEITO DE SERVIÇO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. CDC. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. REVISÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONFIGURAÇÃO. FALHA DE SERVIÇO. FRAUDE BANCÁRIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. **VERBA HONORÁRIA. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. MANUTENÇÃO. REEXAME FÁTICO. INVIABILIDADE.** 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). (...) **12. A***

*jurisprudência desta Corte é firme no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e ré decaíram do pedido, para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, procedimento vedado pela Súmula n.º 7/STJ. 13. A incidência da Súmula n.º 7/STJ prejudica também o conhecimento do recurso quanto à divergência jurisprudencial alegada. 14. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1173934/SP, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA**, julgado em 17/09/2018, DJe 21/09/2018)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. AGRAVO NÃO CONHECIDO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PROCESSUAIS. ART. 86 DO CPC/2015. QUANTITATIVO. SÚMULA 7. AGRAVO INTERNO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. 1. É inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (CPC/2015, art. 1.021, § 1º). 2. "As despesas processuais e os honorários de advogado deverão ser rateados entre as partes, na medida de sua parte na derrota, isto é, de forma proporcional ao seu decaimento. Precedentes" (AgRg no REsp 1.354.123/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe de 30/06/2015). 3. A apreciação do quantitativo em que as partes saíram vencedoras ou vencidas na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, e a fixação do respectivo quantum demandam a incursão no suporte fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula 7 deste Sodalício. 4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (AgInt no AREsp 1046116/SP, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO)**, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 09/03/2018)*

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELO INADIMPLEMENTO DA PARTE ADQUIRENTE. EXISTÊNCIA DE PRÉVIA CONSTITUIÇÃO EM MORA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. COMPENSAÇÃO PELO TEMPO DE OCUPAÇÃO INDEVIDA DO BEM. AFERIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA E PEDIDO DE REDUÇÃO DE

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. (...) 7. *De acordo com a jurisprudência desta Casa, "a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como a verificação da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontram inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática"* (AgRg nos EDcl no REsp n. 757.825/RS, Relatora a Ministra Denise Arruda, DJ de 2/4/2009). Ademais, *"a revisão dos honorários advocatícios, salvo se excessivos ou ínfimos, não pode ocorrer na instância especial, pois envolve reexame de circunstâncias fáticas"* (AgInt no AREsp n. 1.009.704/SC, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 24/03/2017). 8. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1177576/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO REQUERIDO. (...) 3. *A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se inviáveis a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.* 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 106.908/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIÃO ESTÁVEL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 283/STF. TERMO FINAL DA RELAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. PLANO DE SAÚDE. MANUTENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS. VERIFICAÇÃO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (...) 5. *A apreciação, na hipótese, do quantitativo em que as partes saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, e a fixação do respectivo quantum demandam a incursão no suporte fático-probatório dos autos, esbarrando no óbice da Súmula 7 deste Sodalício.* 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 562.130/ES, desta relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 13/04/2016)

Quanto à lei processual aplicável para o arbitramento dos honorários advocatícios, segundo a Corte Especial do STJ "***o marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença, não existindo "direito adquirido ao regime jurídico vigente quando do ajuizamento da demanda ou quando da manifestação de resistência à pretensão. Existência, apenas, de um lado, de expectativa de direito daqueles que podem vir a ser reconhecidos como credores e, de outro, de expectativa de obrigação daqueles que podem vir a ser afirmados devedores"***" (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017).

Esse entendimento foi confirmado no julgamento do EAREsp 1.255.986/PR, ocasião na qual foi reconhecida a **regulação dos honorários advocatícios sucumbenciais pela lei vigente ao tempo do proferimento da sentença até o seu trânsito em julgado**, mesmo no caso em que a decisão tenha sido reformada quando vigente o novo código de processo:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. NATUREZA JURÍDICA HÍBRIDA, PROCESSUAL E MATERIAL. MARCO TEMPORAL PARA A INCIDÊNCIA DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO PROCESSUAL.

1. Em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar os princípios do direito adquirido, da segurança jurídica e da não surpresa, as normas sobre honorários advocatícios de sucumbência não devem ser alcançadas pela lei processual nova.

2. A sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015.

3. Assim, se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas essas regras até o trânsito em

julgado. Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel diploma processual relativas a honorários sucumbenciais é que serão utilizadas.

4. No caso concreto, a sentença fixou os honorários em consonância com o CPC/1973. Dessa forma, não obstante o fato de o Tribunal de origem ter reformado a sentença já sob a égide do CPC/2015, incidem, quanto aos honorários, as regras do diploma processual anterior.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 1.255.986/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/3/2019, DJe 6/5/2019)

Anote-se que, em cumprimento ao art. 927, V, do CPC/2015, a orientação do Plenário ou do Órgão Especial é de observância obrigatória pelos juízes e tribunais a eles vinculados (v.g. REsp 1.639.092/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 3/10/2017).

No caso dos autos, embora a ação tenha sido proposta em 16/3/2016 (e-STJ, fl. 3), durante a vigência do CPC/1973, a **sentença foi prolatada em 27/6/2017** (e-STJ, fl. 425), sob a égide do CPC/2015. O Tribunal de origem, por sua vez, reformou em parte a sentença, mas, como visto, manteve os honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Desse modo, constata-se a consonância entre a decisão recorrida e a orientação jurisprudencial desta Corte, motivo pelo qual é impossível o provimento do recurso especial no tópico, nos termos da Súmula 83/STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios devidos ao procurador da parte recorrida de 10% para 11% sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator